

REQUERIMENTO Nº , DE 2016
(Do Senhor Nilto Tatto)

Requer que seja convocado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Cidades, Bruno Araújo, para apresentar esclarecimentos quanto a revogação das portarias no âmbito Programa Nacional de Habitação minha casa minha vida.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais e ouvido o Plenário, que seja convocado o Excelentíssimo Senhor Ministro das Cidades do governo interino, Bruno Araújo, para comparecer, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU), com o intuito de prestar esclarecimentos e apresentar as justificativas e os estudos técnicos que subsidiaram a decisão de revogar portarias que autorizavam a contratação de unidades habitacionais para o público de baixa renda no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV do Governo Federal.

JUSTIFICAÇÃO

O Programa Minha Casa Minha Vida é o mais bem sucedido programa de construção de moradia popular que o País já teve.

O governo federal anunciou, nesse ano, a assinatura de contratos para a construção de milhares de moradias populares por meio do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, nas modalidades Entidades e Rural, nesta última incluídas as comunidades quilombolas, indígenas, pescadores e extrativistas, a fim de contribuir com a redução do déficit habitacional.

Poucos dias após tomar posse, o Ministro das Cidades do Governo Interino, a sua excelência o senhor Bruno Araújo, que a revogou a portaria do Ministério que regulamentou a

modalidade Entidades do PMCMV, bem como as que autorizaram a construção de milhares de unidades habitacionais.

Essa medida gerou reação na mídia, bem como na população de baixa renda beneficiária do programa, com entendimentos de que se caracteriza como supressão de direitos.

Dessa forma, tomar conhecimento das justificativas e dos estudos técnicos que subsidiaram a decisão de revogação é de fundamental e relevante interesse para a CDU, uma vez que importantes projetos que versam sobre os temas a serem alavancados, inclusive de autoria do Poder Executivo, encontram-se em debate neste Colegiado.

Assim, requeiro a presença do senhor Ministro da Cidades para prestar esclarecimentos, ao Colegiado desta Comissão de Desenvolvimento Urbano, e expor as justificativas e os estudos técnicos que subsidiaram a decisão de revogar portarias que autorizavam a contratação de unidades habitacionais para o público de baixa renda no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV do Governo Federal

Pelo exposto, requeiro nos termos regimentais e ouvido o Plenário, a aprovação do presente Requerimento.

Sala das Comissões, 18 de maio de 2016.

Deputado federal NILTO TATTO
(PT/SP)